



# Discurso ecológico e mídia impressa: análise de discurso de um acidente ambiental<sup>1</sup>

Cristina Pontes Bonfiglioli <sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca evidenciar algumas das funções e efeitos da realidade discursiva a que denominamos *questão ambiental* por meio de sua presença no jornalismo impresso brasileiro. O estudo envolveu a leitura e análise de matérias jornalísticas sobre o acidente de 29 de março de 2003, envolvendo a Indústria Cataguases de Papel Ltda., em Cataguases, Minas Gerais nos dois jornais de maior circulação no país – *Folha de São Paulo* (28 matérias) e *O Estado de São Paulo* (30 matérias), concentradas entre 1º de Abril de 2003 a 28 de Maio de 2003, período de maior cobertura do evento nesses meios. O acidente foi considerado pela mídia brasileira “o maior desastre ambiental do país”. A análise inclui o levantamento de alguns aspectos históricos da construção do sentido dos vários *discursos ecológicos/ambientalistas* contemporâneos e a articulação dos mesmos pelo jornalismo impresso brasileiro, quando materializa um ‘falar sobre meio ambiente’ em narrativas sobre acidentes ambientais. O estudo utiliza, de forma experimental, a reunião de fundamentos da Análise de Discurso de linha francesa, da Teoria da Enunciação, e de noções da teoria da linguagem lacaniana.

**Palavras-chave:** comunicação ambiental; produção de sentido; discurso ecológico.

**Abstract:** This paper tries to search for evidence of operational functions and effects related to the discursive reality called “environmental problems” by studying its presence in the Brazilian media. The study involved the reading and the analysis of printed news in two main newspapers – *Folha de São Paulo* and *O Estado de São Paulo* – about the accident of March 29<sup>th</sup> 2003 involving the pulp and paper industry Cataguases de Papel Ltda., in the city of Cataguases, state of Minas Gerais, Brazil. The accident was considered “the worst environmental disaster in the history of the country” by the Brazilian media. The analysis included collection of published material – 28 stories from *Folha de São Paulo* and 30 from *O Estado de São Paulo* – between April 1<sup>st</sup> 2003 and May 28<sup>th</sup> 2003 when the accident was highlighted by intense media coverage. The study also included some of the historical aspects of the social construction of meaning within the diverse contemporary *environmental/ecological discourses* and the interaction/influences among them. The discourse analysis here is a result of an experiment that mixes language theories such as those proposed by Benveniste (Enunciation Theory), Pêcheux (French Discourse Analysis) and Lacan (Lacan’s Language Theory).

**Key-words:** production of meaning; environmental/ecological discourse; discourse analysis

1

Trabalho apresentado ao NP 09 – Comunicação científica e ambiental, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom/2004.

2

Doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Fez a graduação em Ciências Biológicas pela UNESP Rio Claro e mestrado em Ensino de Ciências pela Faculdade de Educação da USP. Autora de *A fronteira amazônica: o reverso das estratégias governamentais*. Natal, Editora da UFRN, 1996. E-mail: [cbonfiglioli@eca.usp.br](mailto:cbonfiglioli@eca.usp.br)

3

Haeckel, Ernest. *Generelle Morphologie der Organismen*, vol. I, Berlim, 1866, p. 8 *apud* Acot, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

4

“Segundo Acot (1990), a importância da criação do vocábulo *ecologia* ultrapassa a questão semântica ou o fato de Haeckel ter um “espírito classificador ao extremo, árduo defensor de neologismos”. Para ele, em 1866, Haeckel, não só batizou uma disciplina que ainda não estava constituída, e cujo objeto (as relações entre ser vivo - meio externo) já estava - surpreendentemente - trabalhado, mas também “propôs uma reorganização, em bases darwinianas, de uma biologia em estado de crise desde 1859”. Dessa forma, Haeckel estaria mais para o título de ‘pai da Biologia Moderna’ que para ‘pai da Ecologia’.” (Bonfiglioli, 1998, p. 53).

5

Foi nos Estados Unidos que se deu, em 1939, a descoberta dos inseticidas organoclorados (o DDT e seus derivados), e, em 1935, o desenvolvimento da idéia de ‘*ecossistema*’. O conceito de ‘*ecossistema*’ trouxe, pela primeira vez na história das ciências biológicas, a noção de organização das comunidades animais e vegetais, o que, mais tarde, culminou na elaboração da teoria dos ecossistemas, aceita até hoje.

6

Carson, Rachel. (1962). *Primavera Silenciosa*. São Paulo, Melhoramentos, 1969.

“A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. M. Bakhtin

A linguagem é a maneira como nos relacionamos com o mundo. Ela é nossa entrada no simbólico, ela nos compromete com os sentidos e com o político. A contribuição da análise do discurso é nos colocar em estado de reflexão para permitir que sejamos menos ingênuos em relação a essas características da linguagem. A prática da linguagem é a palavra em movimento, o discurso; com o estudo do discurso, observamos o homem falando (Orlandi, 2002).

Por isso, em nosso estudo, para chegarmos à análise do discurso ecológico, ou seja, a análise dessa mediação entre o homem e a realidade social a que denominamos ‘questão ambiental’, vamos partir do percurso de uma palavra:

“(…) qualquer pessoa que acompanhe o debate atual sobre os temas, ditos, ecológicos nos meios de comunicação, poderá verificar a grande distância que separa a modesta proposta original de Haeckel e a ampla gama de idéias, projetos e visões de mundo que reivindica hoje em dia o uso da palavra ‘ecologia’.” (Lago e Pádua, 1984, p. 7)

A palavra ‘ecologia’ é um neologismo criado, em 1866, por Ernest Haeckel, naturalista alemão ardoroso defensor do darwinismo.

De acordo com Acot, Haeckel cunhou o termo em uma nota de pé de página de *Generelle Morphologie der Organismen*, sua principal obra. Sua idéia era substituir o termo ‘biologia’, “cujo sentido, na época, era indevidamente restrito, [por] ‘(…) ecologia (…)[a] ciência da economia, do modo de vida, das relações vitais externas dos organismos etc. 3” (Acot, 1990, p. 27). 4

Desde então, ‘ecologia’ passou a significar, literalmente, ‘ciência do habitat’, ou seja, o estudo das relações entre os seres vivos e entre estes e o ambiente.

Dois anos antes, em 1864, Georges Perkins Marsh, naturalista britânico, publicou uma obra intitulada *Man and Nature, or Physical Geography as Modified by Human Action*, considerada por muitos filósofos e historiadores da ciência “um clássico no que se refere ao problema da influência do homem no mundo e na harmonia que deve existir entre ele e seu habitat. (...) Os conceitos que devem presidir à conservação da natureza no mundo moderno foram todos expostos nessa obra fundamental”. (Dorst, 1973, p. 91).

Esta coincidência, entre o aparecimento da palavra ‘ecologia’ e da preocupação com a proteção, o cuidado com o ambiente natural, inaugura dois conjuntos de significantes aparentemente isolados e que se constituirão num dos discursos políticos de maior influência na segunda metade do século XX: o discurso ecológico.

Essa conjunção de sentidos se verificou nos Estados Unidos do pós-guerra 5

“(…) quando os conflitos dentro da sociedade americana começaram a invadir as salas de pesquisa dos ecólogos, não importando quão escondidos estavam em suas torres de marfim. Rachel Carson iniciou o movimento ambientalista com seu livro 6 sobre os efeitos dos pesticidas e os ecólogos foram solicitados a testemunhar de ambos os lados do debate que se seguiu. (...) O uso de pesticidas pelos seres humanos perturbou de maneira fundamental a ordem natural do mundo. O assunto passou a ser uma questão moral. O ecossistema, e às vezes ‘a ecologia’, estavam sendo perturbados e os homens estavam em perigo por destruir um sistema do qual dependiam”. (Golley, 1993, p. 3).

A história mostra, assim, a existência de um discurso cientificamente constituído – a ecologia – que em seu movimento, em sua prática como linguagem, como mediação para simbolizar o ambiente natural, desdobrou-se em discurso político – o ecologismo – que reorganiza sentidos e inaugura uma outra prática discursiva, a da ecologia política.

É na década de 70 que essa ‘transformação’ se dá: a noção de que a questão ambiental não é puramente uma questão ‘do ecossistema’, mas o resultado da interação entre este e as atividades humanas.

O grau de produção e consumo de matéria e energia, motivado pelo desenvolvimento de novas tecnologias de apropriação dos recursos naturais, contradiz a realidade dos ecossistemas que não têm sido mais capazes de manter seu equilíbrio natural. Isto obriga a uma revisão da crença tradicional da relação homem-natureza, o que permite uma nova concepção: o ambiente natural deixa de ser reconhecido como provedor de alimento, ar e água para a humanidade e hábil depurador das toneladas de resíduos estranhos nela lançados. O modo como nosso sistema produtivo se apropria da natureza poderá levar ao fracasso a própria sociedade que sustenta, caso não sejamos bem sucedidos no estabelecimento de uma reestruturação ampla do modelo atual de desenvolvimento.

Essa nova prática social, que começa a buscar uma alternativa ao modelo econômico vigente, passa a ser marcada pela necessidade de se estabelecer regras e acordos e implementar critérios e limites para que a relação homem-natureza possa se desenvolver no sentido de alcançar qualidade de vida para os que aqui estão e para as gerações futuras.

É seguindo essa tendência que surgem, a partir da década de 70, os primeiros grandes documentos e fóruns internacionais para a discussão da questão dos impactos humanos no meio ambiente: o Clube de Roma, a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a Convenção de Estocolmo, a Eco92, e as várias Convenções e Tratados Internacionais voltados para cada um dos temas ambientais (o Protocolo de Montreal, o Protocolo de Kyoto, a Convenção de Londres, o Comitê de Pesca da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, a Convenção sobre a Biodiversidade, a Convenção da Basiléia, a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção (CITES), a Comissão Baleeira Internacional (CBI), o Tratado Antártico), *“marcam a produção de um discurso ecológico a partir de um determinado lugar de representação política: o espaço público internacional”* (Silva, 1995):

*“(…) A realização e a elaboração através da ONU de Conferências e documentos que remetem à questão ambiental é representativa de um processo de formalização/institucionalização desta questão. Neste espaço político - significado inicialmente através de um discurso de desenvolvimento que exclui a questão ecológica -, um discurso de meio ambiente e desenvolvimento se constitui, no sentido de uma universalização para os sentidos da ecologia. (...) [Por meio de] uma determinada ‘visualização’ dos prejuízos ecológicos, o sentido universal trabalha então a questão ambiental de modo a lhe produzir uma legitimidade e uma legalidade: uma ética ambiental e um direito ambiental são aí simultaneamente constituídos”. (Silva, 1995, p. 7-8).*

Esses fóruns institucionalizam o discurso ecológico e o legitimam, porque levam o tema às instituições sociais que de fato são responsáveis por agir em nome da população – o lugar ‘oficial’ de onde o discurso ecológico passa, então, a ser proferido.

Ao mesmo tempo, também na década de 70, observa-se uma modificação do alcance dessa prática discursiva graças à evolução tecnológica

dos meios de comunicação de massa. A vulgarização de conceitos e noções da questão ambiental, até então restrita aos seus lugares ‘oficiais’ (ciência e governos) é trazida para próximo do público geral. A relação de dependência que o homem tem da natureza começa a ser significada como uma relação de causa-efeito devido ao papel ‘democratizante’ da divulgação de discursos atribuído às mídias:

“Quanto à ecologia, esta se apresentou, inicialmente, tanto como uma disciplina científica especializada nos estudos de ecossistemas naturais, quanto como um fenômeno marginal, cuja sensibilidade tinha como eixo a natureza, a defesa do meio ambiente e das espécies vivas ameaçadas de extinção. Durante muito tempo, este fenômeno foi sentido entre a classe política como regressivo, reduzindo-se a um “retorno à natureza” em detrimento dos problemas humanos. Aliás, a ecologia só deixou de ser assunto de alguns poucos círculos a partir do momento em que as agressões ao meio ambiente, como a poluição atmosférica, a destruição das florestas, a ameaça à camada de ozônio, os acidentes nucleares, apareceram para a opinião pública como importantes atentados à sobrevivência da humanidade. Nos anos 80, uma reviravolta nas mídias de massa, já então sensibilizadas por estas questões, contribuiu para o aumento do público dos movimentos de ecologia política.” (Guattari, 2000, p. 15)

Nesse espaço público representado pela mídia, a questão ambiental ganha vozes diversas, e novos sujeitos do discurso ecológico passam também a ser legitimados - entidades ambientalistas, governos e agências ambientais, entidades do setor privado, cientistas e tecnólogos. Esses sujeitos mobilizam o discurso ecológico [re] organizando-o e o [re] significando, em vista da realidade econômica e política, estabelecendo oposições que *“ao contrário de um eterno debate filosófico, expressam a constituição de sistemas discursivos descontínuos e muito diferentes, sob contextos sociais específicos”*. (Coutinho, 2002).

Viola e Leis (1992) propõem uma organização para esse conjunto de sistemas discursivos descontínuos, aos quais chamam ‘tendências mundiais do ecologismo’, assumindo que a ecologia política é um tema multissetorial e é tratado como tal pela sociedade brasileira:

(...) o campo denotado pela expressão ‘ecologismo’ é vasto e complexo, e compreende: (1) associações autodenominadas ambientalistas e o movimento ecologista stricto sensu; (2) setores ecologistas da comunidade científica, presentes, hoje, nas universidades e institutos de pesquisa; (3) indivíduos coletivos, formadores de opinião, que têm uma orientação ecologizante; (4) partidos verdes; (5) pequenos e médios empresários que incorporaram a dimensão ecológica na sua racionalidade microeconômica; (6) grupos e redes orientados para o desenvolvimento do potencial humano; (7) a comunidade dos técnicos das agências estatais voltadas para o meio ambiente; (8) movimentos sociais que não se identificam como movimentos ecológicos, mas que têm orientações valorativas e práticas ecologizadas; (9) setores minoritários-ecologizados de macroestruturas: agências estatais, corporações multinacionais, partidos políticos, associações profissionais (sindicatos e outros), associações empresariais e organizações religiosas; (10) camponeses cujo modo de produção leva em consideração a dimensão ecológica, seja por uma lógica histórico-tradicional, seja por um processo de aprendizado recente.” (Viola e Leis, 1992, p. 24).

Assim, em vista dessa complexidade multissetorial do discurso ecológico, espera-se que cada um desses ‘ecologismos’ constitua um discurso que inscreva seus interesses - os significantes de seu contexto sócio-histórico - no discurso econômico e político que domina nosso sistema social. Logo, o discurso ecológico é constituído também no interdiscurso decorrente do dialogismo (Bakhtin, 1988) e da heterogeneidade (Authier-Revuz, 1982) dos ‘ecologismos’.

Todas essas características sociais, históricas e semânticas constroem uma complexidade discursiva ímpar, que se expressa nos produtos de comunicação gerados para a sociedade.

## 2 Do discurso à enunciação: a produção de sentido

“O discurso é o ritual da palavra”. E. P. Orlandi

Entendemos o acidente ocorrido em Cataguases, Minas Gerais, como um *acontecimento* - “o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 1990) - cuja divulgação pela mídia impressa no Estado de São Paulo revela o processo histórico-discursivo da questão ambiental.

Assumimos que o discurso “é um objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto” e que a Análise do Discurso “reflete sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua. Ela procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral constitutivo do homem e da sua história”. (Orlandi, 2002).

Por meio das relações intertextuais que se estabelecem entre os discursos dos diferentes ‘ecologismos’, mencionados anteriormente, esperamos encontrar os significantes que constituem o discurso ecológico, nas falas dos sujeitos que emergem nas matérias jornalísticas sobre o acidente. Ao nos remetermos à imprensa brasileira, esperamos dar conta de como o real sócio-histórico é trabalhado (interpretado) nesse espaço público e, também, de como a institucionalização/formalização do discurso ecológico se apresenta significada para o público brasileiro.

Primeiramente, o acontecimento do acidente refere-se à questão ecológica porque evoca a necessidade da preservação de ecossistemas naturais e do controle da poluição a partir dos efeitos nocivos de um desenvolvimento.

Além disso, no interdiscurso, ou seja, na memória discursiva de sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, há sentidos que têm efeito sobre o que está para se dizer nas matérias jornalísticas que cobrem o acidente em Cataguases. Isto é, há compromissos políticos e ideológicos que estão historicamente constituídos no dizer o discurso ecológico.

Outro aspecto importante desse discurso ecológico, desse dizer sobre o meio ambiente, é que ele se produz a partir de um discurso capitalista/liberal, lugar das relações econômicas e políticas e do próprio grau de institucionalização da questão ecológica. Dessa forma, há o sentido da possibilidade de um ‘gerenciamento ambiental’, que se inscreve numa prática tecnológico-administrativa e numa prática política representativa dos governos democráticos. A essas práticas se soma uma nova prática ética e de direito que, juntas, constituem um novo conjunto de palavras e frases que prometem ‘qualidade de vida ambiental’, além da ‘igualdade’ e da ‘distribuição de renda justa’ para a sociedade. É assim constituído que o discurso ecológico traz em si o sentido de um espaço simbólico da construção da mudança social por meio do exercício da solidariedade e da cidadania.

Partindo de um fato, a narrativa do acidente em Cataguases tem início a partir do ‘anúncio’: a de que municípios do estado do Rio de Janeiro podem ter o abastecimento de água comprometido devido ao vazamento de produtos tóxicos no Rio Paraíba do Sul:

### “Ambiente - Vazamento pode atingir 7 municípios no RJ

Segundo governadora, rompimento em Minas Gerais lançou produtos químicos no rio Paraíba, que banha as cidades.”

Folha de São Paulo, Cotidiano, 01 de abril de 2003.

Interpretado como tragédia iminente, o primeiro significante que surge como constituinte do discurso ecológico é o vazamento. O ‘vazamento’ está fora de lugar, por isso é visto como acidente: as substâncias químicas e tóxicas não deveriam estar no rio, mas separadas dele, separadas do contato com o ecossistema. O acidente passa a significar contaminação e perigo, pois poluição é, já, um sentido fixado pelo discurso ecológico. A relação de causa-efeito é imediata e o sentido da enunciação recai, então, no responsável pela poluição. Surge um ‘vilão’ – a empresa Cataguases Papel.

“(…) O ministro das Cidades, Olívio Dutra, definiu ontem o acidente ecológico como um “crime contra a vida”. Ele defendeu, se necessário, até mesmo a prisão dos responsáveis pelo vazamento.

“Um rio [Pomba] está praticamente destruído, um outro [Paraíba do Sul] está ameaçado. Milhares de pessoas correm o risco de não ter água potável por muito tempo. (...) É um crime que foi cometido”, afirmou o ministro. “(…)”.

Folha de São Paulo, Cotidiano, 03 de abril de 2003.

“Bracelpa diz que produtos não são usados há 20 anos”.

Para associação, resta fazer um projeto para a Cataguases ou fechar a fábrica definitivamente.

Para o presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Osmar Elias Zogbi, “causou estranheza” o acidente ambiental provocado pelo vazamento de produtos tóxicos da Indústria Cataguases de Papel Ltda., em Cataguases (MG), no sábado. “Foi um descuido da empresa e das autoridades ambientais”. Para o presidente, restam duas formas de lidar com a situação: a elaboração de um projeto ambiental para a fábrica e seu fechamento.

Zogbi ressaltou que aqueles produtos não são empregados pelas indústrias de celulose há mais de duas décadas. “O produto está num lago há mais de 20 anos, oriundo de um processo sem tratamento ambiental. Hoje, isso é inadmissível”.

Estado de São Paulo, 04 de abril de 2003.

A posição da Cataguases Papel como fora do contexto para o discurso ecológico em produção aparece mais claramente na fala de Zogbi:

“(…) Segundo o presidente, a Cataguases não é associada da Bracelpa e, quando fabricava celulose, era em condições inadequadas”. Por isso, foi fechada e ficou só produzindo papel”. Ele acredita que a empresa tenha deixado os produtos químicos no lago por falta de recursos. “Foi um ‘empurra com a barriga’, infelizmente, e aconteceu um desastre.”

Estado de São Paulo, 04 de abril de 2003.

A partir daí, a narrativa do acidente vai procurar os lugares ‘oficiais’ das relações econômicas, políticas e ambientais do moderno discurso capitalista/liberal. Esses lugares são simbolicamente ocupados pelos sujeitos que representam os órgãos governamentais e agências ambientais.

Com base na ‘vilania’, o discurso ecológico organiza-se a partir dos efeitos dos enunciados dos sujeitos cuja fala representa o lugar ‘oficial’ desse discurso - Marina Silva, Aécio Neves, José Carlos Carvalho, Rosinha Matheus são vozes que aparecem na narrativa. O dizer desses sujeitos deve corroborar o projeto da nova prática tecnológico-administrativa e democrática

constitutiva do interdiscurso. Esse sentido ‘não-dito’ remete a outro dizer: estes ‘falantes’ são governantes recém-empossados num país que, pela primeira vez desde a ditadura, tem um presidente que representa o discurso ‘de esquerda’, ou seja, o discurso das minorias, que agora ‘têm voz’. Logo, a narrativa remete a essa nova democracia, esse novo projeto político na figura do novo governo.

O acidente vai representar a possibilidade de discussão sobre esse projeto político no âmbito da questão sobre meio ambiente associada à questão do desenvolvimento. Ser bem sucedido no controle da poluição lançada no rio Paraíba significa ser bem sucedido na manutenção das relações entre o meio ambiente e o sistema capitalista.

Entretanto é no enunciado de José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, que esse sentido é deslocado para a noção de tecnoburocracia, trazendo conflito à significação anterior:

#### **“(…) Deficiências**

Para o secretário Carvalho, o acidente indica deficiências no modelo de gestão ambiental, já que a estrutura dos órgãos é centralizada, dificultando o monitoramento em regiões afastadas. “Os órgãos ambientais estão chegando atrasados”. A falta de punição a criminosos ambientais é outra falha. “Não temos só a sensação de impunidade, há impunidade de fato”.(…)”

Folha de São Paulo, Cotidiano, 01 de abril de 2003.

A fala de Carvalho corrobora o sentido de que a população é vítima das deficiências do governo tanto quanto dos maus empresários. O dito remete ao ‘não-dito’ que se refere à promessa de eficiência e de alteração da ordem capitalista vigente pelo governo recém-empossado. A fala de Carvalho significa que nada mudou, nem em relação às deficiências do governo, nem em relação à manutenção da ordem econômica preponderante.

Nesse sentido, a narrativa do acidente remete também à memória discursiva (interdiscurso) de outros acidentes em que essa incapacidade gerencial foi mostrada. O discurso desloca-se para significar, de acordo com a narrativa que, mais uma vez, governo e empresa falharam, os maiores prejudicados não serão compensados e os culpados não serão punidos.

Estabelecido o conflito para encontrar o sujeito a quem atribuir o sentido de ‘culpa’ – à empresa Cataguazes ou ao governo – a narrativa apresenta novos ‘falantes’ que originalmente representam ‘ecologismos’ díspares, mas que na articulação discursiva vão atuar para reforçar a ineficiência com que as conseqüências do acidente estão sendo gerenciadas:

“(…) A suposta omissão da fiscalização ambiental em Minas é apontada como um dos fatores que levaram ao acidente de Cataguazes por entidades tão diferentes quanto o Greenpeace Brasil e a Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel), que reúne 220 empresas do setor no país”.

““ Quem não trabalha dentro da legislação tem de ser autuado. Em São Paulo, o setor de celulose é vigiado de perto, e não há problemas”, diz o presidente da Bracelpa, Osmar Elias Zogbi. Em nota, o Greenpeace co-responsabiliza o governo de Minas Gerais e seus órgãos pelo desastre, “já que ambos falharam em implementar as medidas de fiscalização adequadas”.

Folha de São Paulo, Cotidiano, 05 de abril de 2003.

“(…) Segundo Zogbi, a empresa e as autoridades precisam agora achar uma saída ecologicamente correta para o caso. “Os órgãos ambientais da região têm condições técnicas de estudar uma solução para o problema. Se a empresa não

funcionar de acordo com as normas, tem de ser fechada.”.  
O Estado de São Paulo, 04 de abril de 2003.

Os sujeitos do conflito que se organiza no discurso são as ‘empresas limpas’ e o ‘governo ineficiente’, que impede, atrasa o ‘desenvolvimento sustentável’:

**“Ambiente - Minas sabia desde julho que a empresa poluía**

Mesmo tendo conhecimento de irregularidades, a agência ambiental mineira não multou a Indústria Cataguazes de Papel”  
Folha de São Paulo, Cotidiano, 05 de abril de 2003.

A presença de termos como ‘irregularidades’, ‘multou’, ‘poluía’ mostram que a vilania da empresa e a prisão dos seus gerentes representam algo ‘bom’, mas também remete àquele outro dizer que se produz, o dizer do direito e da ética ambiental. Surgem outros ‘falantes’ no discurso que se encaixam em significantes desse discurso jurídico ambiental, também institucionalizado: o dano ambiental ‘vazamento’ corresponde o crime ambiental ‘contaminação e perigo’, vítimas ambientais são os ‘pescadores, população dos municípios atingidos, agricultores’, e surge, principalmente, a imagem do criminoso ambiental: o ‘mau empreendimento ou empresário’.

**“Ambiente**

**Justiça decreta prisão de donos de empresa**

Polícia Federal cercou a Indústria Cataguazes de Papel em Minas, de onde produto tóxico vazou e contaminou rios

(...) O acidente ambiental ocorreu no sábado. Um reservatório com milhões de litros de resíduos tóxicos se rompeu e contaminou vários riachos e rios em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. A mistura continha soda cáustica e um composto orgânico, denominado de lignina ou licor preto.

Esse material estava armazenado havia pelo menos 14 anos. Eram resíduos da transformação da madeira em celulose, quando a empresa era de outro grupo econômico. Os atuais donos assumiram esse passivo ambiental e, atualmente, não fabricam mais celulose. Fazem apenas reciclagem de papel para embalagem. (...)”

Folha de São Paulo, 04 de abril de 2003.

A empresa Cataguazes Papel representa o ‘mau’ investidor, o criminoso ambiental: o empresário ou os investimentos empresariais que não assumem a responsabilidade ética e social que a questão ambiental demanda. O dizer sobre a irresponsabilidade dessa empresa implica no não-dito sobre a existência de empresas que cuidam de seus rejeitos, protegem o ecossistema e asseguram a qualidade de vida da população. Nesse não-dito há também o sentido de que estas empresas ‘ambientalmente responsáveis’ são mais eficientes que o próprio governo e as agências ambientais que deveriam fiscalizar os ‘maus empresários’.

Ainda nesse sentido, as falas dos funcionários da empresa, que são moradores atingidos pelo acidente, parecem ‘fora do lugar’, colocando-se também na posição de sujeitos que falam em nome da Cataguazes:

“(...) Os empregados defendem os patrões, Felix Luis Santana Arencibia e João Gregório do Bem – ambos com prisão decretada pela Justiça Federal – , e acusam os antigos donos da indústria (o grupo Matarazzo) pela acomodação indevida do rejeito tóxico que vazou da barragem, poluindo rios em Minas e no Rio de Janeiro. José Roberto Castro, 36, condutor de máquinas na empresa desde 1986, não se conformava com a presença da Polícia Federal na indústria, na quinta-feira, para tentar prender os donos da empresa, que estão desaparecidos. “A

indústria não produz mais nada tóxico. Isso é injusto.”(...)”.  
Folha de São Paulo, 06 de abril de 2003.

A própria narrativa trata de ‘explicar’ esse posicionamento aparentemente ‘dúbio’ dos funcionários:

“(…) Tiago, 20, também trabalha lá há três meses. ”Essa fábrica já foi nossa. Vendemos para os atuais donos, mas ainda trabalhamos como se fosse nossa. Se fechar, para onde vamos?”

Quando o grupo Matarazzo fechou a empresa, no final dos anos 80, após uma série de problemas também ambientais, os empregados ganharam a então indústria de celulose na Justiça, como pagamento pelo passivo trabalhista deixado. A fábrica ficou dois anos desativada – de 1992 a 94. Após a batalha na Justiça, os funcionários venderam a empresa para os atuais donos, com deságio de 55% e em 36 parcelas. Cada um recebeu o proporcional ao tempo de trabalho. (...)”  
Folha de São Paulo, 06 de abril de 2003.

Os funcionários, ao falarem, constituem e representam o sujeito ‘mau empreendedor’ atribuído à Cataguases Papel no discurso ecológico da narrativa.

A tecnocracia aparece na narrativa na figura das agências ambientais – IBAMA, FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente) do Rio de Janeiro e Cedae (Companhia Estadual de águas e Esgotos), de Minas Gerais. São elas que possuem o aparato técnico e burocrático para gerenciar as conseqüências do acidente:

“Ambiente - Técnicos tentam conter derrame de resíduos  
Com barragens e filtros, eles querem estancar o escoamento da carga tóxica que atinge os rios Pomba e Paraíba do Sul

Técnicos dos órgãos ambientais dos governos federal, mineiro e fluminense iniciaram operações emergenciais no ribeirão do Cágado, em Cataguases (MG), com o objetivo de estancar o escoamento da mistura tóxica que continua atingindo os rios Pomba e Paraíba do Sul e que já chegou ao Oceano Atlântico.”  
Folha de São Paulo, 05 de abril de 2003.

O discurso ecológico apresenta os laços sociais, os efeitos do discurso da tecnoburocracia entre os sujeitos da narrativa:

“(…) Apesar das providências, ninguém se arrisca a estabelecer um prazo para que as populações atingidas no Estado do Rio de Janeiro voltem a receber água tratada. Aécio Neves falou em ”o mais rápido possível”. O vice-governador do Rio, Luiz Roberto Conde, disse que, estancado o vazamento, aproximadamente 18 horas depois poderá ser possível retomar o tratamento da água. (...)”

Aécio e Marina disseram que esse assunto [a situação da empresa] será levado em consideração pelos órgãos ambientais, mas os governo de Minas e Federal não vão abrir mão de punição para os responsáveis pelo crime ecológico. ”Não interessa a ninguém que essas empresas deixem de existir”, disse Aécio. ”Vamos agir de acordo com a lei para punir as responsabilidades. A gente não precisa fazer o linchamento de ninguém. Vamos procurar uma saída para os trabalhadores, mas essa resposta os técnicos vão dar do ponto de vista ambiental”, disse Marina. (...)”.  
Folha de São Paulo, 05 de abril de 2003.

A ética e o direito dominam as falas de Aécio e Marina. É em nome dessa ética que falam, mas também em nome da tecnoburocracia, que determina como e quando ‘a punição’ aos ‘maus empresários’ será dada.

*“O sentido ético da questão ambiental é trabalhado discursivamente a partir de um percurso que vai da autoridade da Ciência à autoridade do Estado. É através*

*da ética e do direito humanista do liberalismo que a necessidade de preservação do meio ambiente constitui e se constitui no discurso ecológico” (Silva, 1995, p. 65-66).*

Assim, é o discurso jurídico ambiental que organiza o discurso ecológico na narrativa do acidente. A narrativa evidencia as diferenças e o distanciamento entre as práticas discursivas de cada posição de sujeito, de cada ‘ecologismo’, mas principalmente entre os sujeitos que simbolicamente representam os que cumprem e os que não cumprem a lei. Somente o cumprimento da lei pode alterar a realidade no âmbito da questão ambiental, ou seja, garantir aos cidadãos brasileiros o direito por ar puro, água limpa, solo fértil e alimento sadio.

Essas relações são mostradas no decorrer da narrativa por meio também de operações lingüísticas de seleção (metáfora) e de combinação (metonímia) organizando significantes (Lemaire, 1986) que produzem diferentes efeitos de sentido e que remetem a posições sócio-historicamente determinadas: ‘governo’, ‘lei’, ‘empresa boa’, ‘empresa má’, ‘vítimas’. Dessa forma, temos:

- 1) vazamento ® produtos tóxicos ® rejeitos tóxicos ® substâncias tóxicas ® poluição ® mancha negra  
(operação metafórica, de seleção)
- 2) vazamento ® contaminação ® risco à saúde [humana] e à vida [do ecossistema]  
(operação metonímica, de combinação)
- 3) dano ambiental ® operação irregular ou ilegal da empresa ® omissão da fiscalização governamental ® co-responsabilidade/cumplicidade no crime ambiental ® impunidade  
(operação metonímica, de combinação)
- 4) punição dos culpados ® fim da contaminação ® água ‘limpa’ para beber ® ambiente saudável.  
(operação metonímica, de combinação)

É, portanto, o discurso jurídico que organiza todos os demais significantes constituintes do discurso ecológico da narrativa do acidente em Cataguases. É em torno de seus sentidos que os demais discursos se constituem sócio-historicamente no discurso ecológico levando em conta o jogo político e econômico da realidade do nosso sistema produtivo.

## 2.1. Relações sujeitos/significantes do discurso ecológico

A noção de ‘sujeito’ na teoria lacaniana está relacionada a três outras noções: a função simbólica do estruturalismo antropológico; a separação significado/significante do estruturalismo lingüístico e a noção de inconsciente da psicanálise freudiana.

O sujeito, na abordagem lacaniana,

*“(…) é o sujeito representado faltante no significante; sujeito que não está em lugar nenhum antes do significante e nada é antes da inscrição significante. Este sujeito é excentrado em relação àquele que, sob a forma do eu consciente (o mesmo que, como vestimentas do eu e tu, se apresentava no esquema da comunicação como o emissor e o receptor), pretendia falar no enunciado. Sujeito de um discurso inconsciente, o lugar da enunciação é o lugar que melhor lhe convém, lugar que*

constitui o conjunto sincrônico da linguagem. O significado, pensado como o conjunto dos discursos concretamente pronunciados (escritos), é o constituinte da diacronia e se institui, a cada vez, como um momento.” (FREITAS, 1996, p. 15).

Ainda, na abordagem lacaniana, o discurso é estruturado em lugares:

“(…) o lugar do agente e o lugar do outro (o outro ao qual se fala), o lugar da produção, pois todo discurso produz uma relação com a verdade, e esta constitui o quarto lugar discursivo. Esses lugares acoplam dois a dois (o agente/a verdade, o outro/a produção) formando uma estrutura quadripartida. Sobre esses lugares se distribuem as categorias da estrutura significante, entendidas do seguinte modo: S1, o poder, o nome-do-pai, o significante unário que sustenta a ordem significante; S2, o significante do saber; Š, o sujeito barrado; e @, o objeto que o discurso produz, entendido como a-mais.

Dependendo do significante que ocupa o lugar de agente temos formações discursivas distintas: o discurso do Senhor (S1); o discurso do saber instituído, a universidade (S2); o discurso da ciência (Š) e o discurso que, destituído do desejo de dominar, tem o @ em posição dominante.” (Freitas, 1996, p. 19)

À medida que o discurso ecológico é mobilizado pelos falantes (o ‘eu’ e o ‘tu’, que Freitas menciona) as condições imediatas da sua produção vão sendo alteradas. O percurso discursivo passa, então, a colocar a Cataguases Papel como sujeito fora do lugar. Como sujeito, a empresa representa o que não pertence ao discurso ecológico que está sendo veiculado: ela é como ‘uma bala perdida’ em tiroteio.

Nesse sentido, a narrativa do acidente foca o ‘investimento empresarial’ que visa a constituição de um novo mercado, um novo consumidor, um novo investimento pedagógico que por sua vez, visa constituir um novo cidadão – o investimento empresarial das ‘boas empresas’, ou seja, as empresas ambientalmente responsáveis.

### Esquema 1: Organização do discurso ecológico do caso Cataguases

| Sujeitos do direito ambiental | Sujeitos na narrativa  |
|-------------------------------|--|
| Gestor ambiental              | Governo e agências ambientais (Ministros, governadores, IBAMA, FEEMA, ANA, CEDAE etc) – a tecnoburocracia e sua ineficiência   |
| Criminoso ambiental           | Cataguases Papel SA (seus donos, gerentes e trabalha-dores da empresa) – o mal investido, a má empresa, o culpado/vilão, o que deve ser punido   |
| Crime ambiental               | Contaminação da água [de três rios diferentes] por [vazamento do reservatório de] resíduos tóxicos – o acidente/vazamento  |
| Dano ambiental                | Mortandade de animais domésticos, e selvagens, inclusive os de interesse comercial [peixes, aves, capivaras, cães, gado], falta de água, risco à saúde da população – as conseqüências do acidente |
| Vítimas [ambientais]          | Rios atingidos (ecossistema), pescadores, agricultores, moradores dos municípios cujo abastecimento de água foi suspenso   |

*O esquema 1 apresenta as posições discursivas encontradas na narrativa. Para cada posição há um 'sujeito' que, no caso do discurso ecológico, pode não ser falante, uma vez que representa elementos do ecossistema atingido pelo acidente.*

Os sentidos que têm efeito no discurso ecológico que se diz na narrativa jornalística refletem os compromissos políticos e ideológicos do dizer a questão ambiental. Parece, assim, que o discurso ecológico veiculado pela mídia impressa analisada se organiza como o modelo do discurso do senhor, proposto por Lacan (1977). No objeto de estudo em questão, o discurso ecológico não representa um discurso revolucionário de esquerda, mas o seu deslocamento para um outro discurso que significa a busca pela conciliação na prática entre meio ambiente e desenvolvimento.

### Cadeia significante

$S_1$  [significante primeiro, que ordena o discurso] – ética e direito ambiental (discurso jurídico apropriado pelo discurso ecológico)

$S_2$  [significante do saber] – tecnoburocracia das agências ambientais (discurso da tecnociência)

$a$  [significante que causa o desejo] – desenvolvimento sustentável (discurso ecológico apropriado pelas grandes empresas que se declaram “ambientalmente” responsáveis)

$\check{S}$  [significante do inconsciente] – modelo econômico hegemônico (discurso capitalista liberal)

Com base nos lugares e nas articulações discursivas propostas por Lacan (1977),

### Lugares do discurso

### Tipo de discurso

|               |              |
|---------------|--------------|
| <u>agente</u> | <u>outro</u> |
| verdade       | produção     |

|                         |                         |
|-------------------------|-------------------------|
| (Discurso do senhor)    |                         |
| <u><math>S_1</math></u> | <u><math>S_2</math></u> |
| $\check{S}$             | $a$                     |

Os sujeitos ocupariam os lugares da seguinte forma:

|                            |              |
|----------------------------|--------------|
| <u>governo</u>             | <u>FEEMA</u> |
| modelo econômico dominante | Bracelpa     |

Ou, por operação metonímica:

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
| <u>ambientalismo governamental</u> | <u>tecnoburocracia das agências ambientais</u> |
| capitalismo neoliberal             | ambientalismo empresarial                      |

Ou, ainda:

|   |                                 |
|---|---------------------------------|
| <u>discurso da ética e do direito ambiental</u> | <u>discurso da tecnociência</u> |
| discurso de desenvolvimento                     | discurso ecológico empresarial  |

### 3 Conclusões

“A ordem simbólica é a ordem constituinte do humano”. J.M. M. Freitas

Acot, retornando ao confronto inicial que constituiu a ‘ecologia científica’ e a ‘ecologia política’, no final da década de 60, assinala a existência de duas lógicas:

“... [a] pura lógica interna de desenvolvimento de uma disciplina de vocação totalizante, por um lado; [e] por outro, [a] lógica da redefinição de um objeto de estudo que, no decorrer da história dessa disciplina, aparece cada vez com mais nitidez como um pára-choque: no curso do século XX, os ecólogos serão literalmente obrigados a não considerar a natureza com *aquilo do qual o homem está ausente* **7** ... (...) Por essa razão, a história das concepções científicas e ideológicas da natureza transformada e habitada pelos homens *deve ser inspirada por uma reflexão sobre a própria natureza da espécie humana* **8**”. (Acot, 1990, p. 111-112)

Ora, a natureza da espécie humana é a palavra como comunicação, a linguagem como constituinte do humano:

“A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. (...) Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca a inventando. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (Benveniste, 1976, p. 285).

Logo, a linguagem não apenas inspira e reflete, mas constitui, inscreve “a história das concepções científicas e a história das concepções ideológicas do ambiente natural transformado e habitado pelos homens”. (Acot, 1990, p. 111-112)

No contexto contemporâneo, o discurso ecológico simboliza a busca ideológica por um modelo de desenvolvimento econômico e social que inclua a realidade ambiental, propiciando um novo conceito de ‘qualidade de vida’. Essa busca significa a possibilidade de que o sistema de produção capitalista venha a ser um modelo economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo no sentido de produzir uma relação sociedade-natureza equilibrada.

“O ambientalismo **9** tem um núcleo contraditório e enganoso porque permite acreditar que a humanidade pode estabelecer uma relação de equilíbrio com a natureza sem devolver-lhe nem lhe reconhecer um papel ativo e criativo, procurando, assim, de fato, adaptar o projeto ecológico ao projeto dominante em nossa civilização”. (Leis, 1991, p.11).

O modelo hegemônico de produção capitalista, apropriando-se do discurso ecológico afirma que essa relação é possível e que a mudança para uma nova sociedade ‘ecologicamente sustentável’ é realizável, sem que seja necessária uma revolução dos modos de produção e consumo:

“Inserido na conjuntura neoliberal, o novo discurso [ecológico empresarial] reforça a tese de que o livre-mercado é o melhor instrumento para lidar com a desordem global da biosfera, aprofunda a lógica da competição como a fiel mediação das relações sociais e econômicas e, ainda, procura retirar do estado qualquer compromisso com a gestão e controle ambiental que impeça o livre desempenho do mercado”. (Layrargues, 2000, p. 57).

**7**

Itálico de Acot, 1990.

**8**

Itálico nosso.  
Diferenças de significação aparecem em Layrargues, 2000; Viola e Leis, 1991; e Leis, 1991.

**9**

Existe ainda uma preocupação na produção acadêmica em precisar os sentidos para os termos ‘ambientalismo’ e ‘ecologismo’. Percebe-se uma tendência do uso de ‘ecologismo’ como sinônimo de ‘ecologismo profundo’, que defende a ruptura com os modos de produção e consumo do capitalismo avançado, sendo considerado subversivo e radical, em oposição ao uso de ‘ambientalismo’, referido como o discurso ecológico empresarial, ou seja, o discurso ecológico apropriado pelo sistema econômico hegemônico. Estas diferenças de significação aparecem em Layrargues, 2000; Viola e Leis, 1991; e Leis, 1991.

Na narrativa analisada, o discurso ecológico original está fora do contexto histórico-cultural e passa a se opor a esse novo discurso ecológico empresarial constituído. Os falantes (governo, agências ambientais, empresas 'boas') que o [re] produzem, marginalizam o discurso ecológico original no momento em que enunciam o discurso ecológico empresarial.

Dessa forma, a coesão discursiva dos 'ecologismos' propostos por Viola e Leis (1991) é aparente: no interior de cada discurso ecológico há, na verdade, heterogeneidade constitutiva (Authier-Revuz, 1982) que funciona como base para o objetivo de inserção do estilo de desenvolvimento convencional que se apresenta no discurso ecológico empresarial.

Esse discurso, que parece neutro e supra-ideológico por ter como pano de fundo a questão da sobrevivência do planeta, revela, ao contrário, a disputa entre duas racionalidades: a racionalidade ecológica e a racionalidade econômica, que disputam a legitimidade do caminho a ser percorrido para alcançar uma sociedade ecologicamente sustentável:

"(...) à racionalidade ecológica, representada pelo ambientalismo original (a evidente alternativa à ideologia dominante na sociedade industrial), identifica-se a vertente do ecologismo profundo, cujo princípio organizativo da vida é a natureza, o padrão temporal é o longo prazo e a lógica operacional é a cooperação. Já na racionalidade econômica sobressai a vertente da ecologia superficial, que se pauta no mercado (como princípio organizativo da vida), tem o curto prazo como limite temporal e opera com a lógica da competição, destituída de compromisso ético". (Layrargues, 2000, p. 59).

É no conflito entre estas duas racionalidades que a narrativa do acidente em Cataguases se inscreve, revelando a disputa pelo poder entre 'ecologismos'. É no estudo da linguagem em percurso nesse embate que o discurso ecológico dá sentido e problematiza as relações entre homem e ambiente.

"Os humanos se posicionam no mundo através de linguagem e símbolos, e não se pode minimizar a importância, para a destruição da vida e a degradação da biosfera, de uma identidade afirmada sobre uma imagem consciente/inconsciente da natureza como objeto externo e coisificado, e, portanto, passível de ser conquistado e dominado". (Leis, 1991, p. 11).

Nesse contexto, destacamos o questionamento de Luhmann (1989) sobre a necessidade de se abordar a questão ambiental de um ponto de vista mais amplo e anterior aos próprios problemas ambientais: o da mediação dos códigos e programações da sociedade enquanto sistema, pois a própria percepção dos riscos ao meio ambiente passa por essa mediação.

Para o autor, à questão ambiental associa-se a questão da *comunicação ecológica*, termo e área de estudo por ele criados. Segundo este autor, a questão do tipo de comunicação estabelecida socialmente é fundamental para agregar ou não a discussão de temas ambientais à agenda contemporânea de maneira a implementar soluções por meio da *ação* e da *reflexão* dos cidadãos:

"Peixes e seres humanos podem vir a morrer porque nadar em mares e rios tornou-se algo insalubre. Poços de petróleo podem secar e as temperaturas médias podem eventualmente subir ou descer. À medida que isso não ocupa o lugar de sujeito de comunicação não possui efeito social. Sociedade é um sistema ambientalmente sensível (aberto), mas operacionalmente fechado. Seu único modo de observação é por comunicação... Portanto ela pode somente expor a si própria ao perigo..." (Luhmann, 1989, p. 28-29)

Parece existir, assim, uma relação importante entre o papel dos meios de comunicação e uma ‘conscientização ecológica’, ainda que esta só faça sentido como “‘*investimento empresarial*’ que visa a constituição de um novo mercado, um novo consumidor, um novo investimento pedagógico, que por sua vez, visa constituir um novo cidadão”.(Silva, 1995).

Atender aos condicionamentos e limitações dos ecossistemas e às necessidades sócio-econômicas do capitalismo passa pelo *entendimento da mediação desses problemas pelo sistema social*, pois “os sentidos ecológicos se produzem na relação com os sentidos produzidos na ideologia neoliberal, que ainda apresenta franca vantagem discursiva”.(Silva, 1995).

O discurso ecológico significa, portanto, através dos sentidos produzidos por outros discursos. Nesse sentido, as Ciências da Linguagem são um campo promissor para o estudo da mídia e da significação da questão ecológica no Brasil por eles mediada.

## 4 Referências bibliográficas

- ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours. *D.R.L.A.V.*, n. 26, p. 91-151, 1982.
- BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHINOV, V. N.) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1976.
- BONFIGLIOLI, Cristina Pontes. *Relações entre ontogenia e filogenia: da biologia à didática*. Área Temática: Ensino de Ciências e Matemática, Faculdade de Educação, USP, 1998. Dissertação de Mestrado.
- COUTINHO, Marília. *Ecologia polissêmica*. Disponível em: [www.imaginario.com.br/artigo/a0031\\_a0060/a0044.shtml](http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0044.shtml) . Acesso em: 01 jun. 2003.
- FREITAS, Jeanne Marie Machado de. Ciências da linguagem: contribuições para o estudo dos mídia. *Revista de Comunicação & Artes*. São Paulo, v. 29, n. 19, set.-dez., 1996. p. 11-23.
- GOLLEY, Frank B. *A history of ecosystem concept in ecology: more than the sum of the parts*. New York, Yale University Press, 1993.
- GUATTARI, Félix. Ecologia e movimento operário. In: *Movimento sindical e defesa do meio ambiente – o debate internacional*. Rio de Janeiro, IBASE, 2000. p. 13-22. Série Sindicalismo e Justiça Ambiental.
- LACAN, Jacques. Radiofonia. In: LACAN, Jacques. *Psicoanálisis*. Radiofonia & Televisión. Barcelona, Editorial Anagrama, 1977. Colección Argumentos.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- LAGO, Antônio e PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984. Coleção Primeiros Passos.

- LAYRARGUES, Philippe Pomier. A empresa 'verde' no Brasil: mudança ou apropriação ideológica? *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 158, p. 56-59, mar. 2000.
- LEIS, Héctor Ricardo. Apresentação - O desafio ecológico à ordem mundial. In: LEIS, Héctor Ricardo. (org.). *Ecología e política mundial*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes/FASE/AIRI-PUC-Rio, 1991. p. 7-22.
- LEMAIRE, Anika. Os dois grandes eixos da linguagem. In: LEMAIER, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro, Campus, 1986. p. 71-76.
- LUHMAN, Niklas. *Ecological communication*. Chicago, The University of Chicago Press, 1989.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Ed. Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Ed. Pontes, 1990.
- SILVA, Telma Domingues. *A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento*. Departamento de Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, Campinas, 1995. Dissertação de Mestrado.
- VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, Héctor Ricardo. (org.). *Ecología e política mundial*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes/FASE/AIRI-PUC-Rio, 1991. p. 23-50.